

CLIPPING IMPRESSO

12/12/2020



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1 - 6
1.2. ESMAM.....	7 - 10
1.3. JUÍZES.....	11 - 12
1.4. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	13
2. JORNAL EXTRA	
2.1. DECISÕES.....	14
2.2. PRESIDÊNCIA.....	15
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. ASSESSORIA.....	16
3.2. DESEMBARGADOR.....	17 - 18
3.3. JUÍZES.....	19 - 20
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	21
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. ASSESSORIA.....	22
5.2. AÇÕES TJMA.....	23 - 25
5.3. COMARCAS.....	26
5.4. ESMAM.....	27 - 28
5.5. INSTITUCIONAL.....	29
5.6. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	30 - 31
5.7. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	32 - 34

PH Revista



Pessoas
que agitam a
vida cultural
de São Luís
pontificaram na
Livraria AMEI

Gente como a
professora
universitária Nazaré
Souza, marcou
presença na noite de
autógrafos na AMEI

Pessoas que agitam a vida cultural de São Luís pontificaram *na Livraria AMEI*

● PAG. 4 a 6



E A FESTA CONTINUOU

com uma nova noite de autógrafos na Livraria AMEI, no São Luís Shopping

A cultura em efervescência. Foi esta a marca do lançamento da biografia de PH e da reunião de suas crônicas, na livraria da Associação Maranhense dos Escritores Independentes (AMEI), um dos espaços de maior charme e prestígio da cultura e da literatura maranhenses, no São Luís Shopping.

A casa do autor maranhense serviu de palco, na última segunda-feira (dia 7) para o prestigiado lançamento das obras “PH: Ícone e Grife da Sociedade”, escrita pelo jornalista Thiago Bastos, e “Em Busca de Vultos Perdidos”, reunindo os traços e pensamentos de Pergentino Holanda, que capitaneou a edição e publicação das obras, com o selo da Editora Lua Azul – Livros e Leituras.

O evento – que seguiu todos os cuidados necessários para manter a segurança de saúde entre os convidados e organizadores – preencheu com contundência e marca próprias o calendário cultural de São Luís neste mês de dezembro.

Além de contar com os colaboradores da própria AMEI, o lançamento teve o selo com padrão de excelência da promotora Teresa Martins, colaboradora assídua dos encontros sociais organizados com a marca PH. Membros importantes da sociedade maranhense, além de frequentadores do centro comercial e familiares prestigiaram a agenda.

O lançamento foi transmitido ao vivo durante mais de três horas, sem interrupções, pelo canal do YouTube do próprio Pergentino Holanda e mediado pelo jornalista e colunista social Evandro Júnior. Ele foi o responsável pelo roteiro do conteúdo virtual, fez questão de relembrar passagens marcantes da carreira do colunista e ainda abriu espaço para depoimentos e entrevistas de amigos e fãs do poeta e escritor.

Como de costume, o evento contou com noite de autógrafos dos autores Pergentino Holanda e Thiago Bastos. “Eu fico muito feliz com o carinho das pessoas e, principalmente, com o fato de que o público

reconheceu o nosso trabalho ao longo dos anos. Graças à competente pesquisa para reunir as informações necessárias, nasceu uma peça biográfica despretensiosa e que, ao mesmo tempo, contempla passagens marcantes de minha história como colunista, organizador de grandes eventos, jornalista e homem de família”, afirmou Pergentino.

Ele também falou sobre a reunião de textos, selecionados entre mais de 2 mil publicados nos fins de semana de mais de 40 anos no caderno PH Revista, que originou “Em Busca de Vultos Perdidos”. Segundo ele, são textos que revelam suas fontes literárias. “Desde Proust a outros autores importantes, retratei em momentos que vivi a marca da influência de obras em minha vida como poeta e como escritor. Foi a partir deste reconhecimento que também conheci grandes nomes como José Saramago, Jorge Amado, Josué Montello e consolidei relações, como a que mantenho com o ex-presidente José Sarney, inspirador ainda do título de minha biografia”, disse Holanda.

O jornalista Thiago Bastos, escolhido por PH para a escrita de sua biografia, destacou o fato de escrever acerca da história pergentiniana como o mais marcante de sua carreira de pouco mais de 13 anos escrita em diferentes veículos de rádio, TV e impresso.

“Quando recebi esta missão de falar sobre Pergentino [Holanda] há pouco mais de um ano, o desafio era apresentar ao público e leitores um PH até então menos conhecido do grande público. Um Pergentino família, de ações simples, que valoriza os atos às vezes despercebidos e que, por ele, são valorizados. Além disso, era impossível não destacar um Pergentino bem-sucedido e uma pessoa vencedora na sua vida, pelo reconhecimento social e, principalmente, por conseguir manter as suas principais riquezas, ou seja, a família e os amigos”, frisou.

Integrantes da sociedade local fizeram questão de prestigiar os lançamentos em Livraria de “PH: Ícone e Grife da Sociedade”, além de “Em Busca de Vultos Perdidos”. “Sem

dúvida, esta obra reconhece o valor de Pergentino em nossa sociedade”, disse a desembargadora Josefa Ribeiro da Costa, grande admiradora do trabalho do jornalista e escritor.

A poeta e escritora Lenita Estrela de Sá, que em novembro teve seu conto “Brasas ardentes na ponta dos dedos”, uma fantasia sobre um dia na vida da escritora Maria Firmina dos Reis, apresentado no Seminário de Especialização em Leitura e Produção de Textos da Universidade Federal Fluminense, foi a primeira a chegar. E disse que não poderia deixar de aplaudir o lançamento de duas obras de grande importância para a moderna literatura maranhense.

Para o Juiz Federal Roberto Veloso, as obras retratam um Pergentino em outras facetas. “Há muito de suas festas, mas existe um Pergentino família, que não media esforços para ir atrás de suas fontes enquanto jornalista. Um homem que fora reconhecido pela sociedade por sua intelectualidade e capacidade de atrair admiradores”, frisou.

Para Ângela Hadade, autora do livro de poesias “Transbordar”, o lançamento dos dois livros evidencia o burburinho literário cuja chama São Luís mantém acesa mesmo nestes tempos de pandemia.

O jovem poeta Ricardo Miranda Filho, autor de “Verbalizando o amor” (poesias), se confessa um leitor assíduo das crônicas de Pergentino Holanda, que admira como um dos mais brilhantes jornalistas desta região.

A vereadora eleita Karla Sarney, também presente ao lançamento das obras, enfatizou o trabalho de pesquisa. “Sem dúvida, uma obra sublime. Pergentino merecia, há anos, este reconhecimento biográfico e esta peça contempla boa parte de sua história”, afirmou.

No dia 23 do mês passado, no Casarão dos Sarney, no Calhau, Pergentino reuniu amigos e admiradores em festa monumental para a apresentação das duas obras. Em breve, Pergentino pretende lançar a segunda edição (revista e ampliada) de seu livro de estreia, “Existencial de Agosto”, de 1972, agora acrescido de outras viagens poéticas.



**A desembargadora Josefa Ribeiro da Costa
prestigiou Thiago e PH**

Evandro Junior

 evandrojr@mirante.com.br

TAPETE VERMELHO

Paulo Velten

Sempre brilhante, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, foi o moderador do painel alusivo à Semana de Mobilização e Combate ao Sub-Registro, e que contou com a participação do desembargador José Renato Nailini. Velten questionou situações em que as mães, em algumas oportunidades, deixam de tirar a certidão porque desconhecem o paradeiro do pai.

Evandro Junior

 evandrojr@mirante.com.br

TAPETE VERMELHO

Paulo Velten

Sempre brilhante, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, foi o moderador do painel alusivo à Semana de Mobilização e Combate ao Sub-Registro, e que contou com a participação do desembargador José Renato Nailini. Velten questionou situações em que as mães, em algumas oportunidades, deixam de tirar a certidão porque desconhecem o paradeiro do pai.

Voto sentimental

JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Encerradas as eleições municipais e proclamado o seu resultado, a questão sobre a qual importa refletir agora, ao lado de outras tantas igualmente relevantes, é sobre o que efetivamente motiva o eleitor a sair de casa para votar nesse ou naquele candidato; se o faz em face das suas propostas, por exemplo, ou por razões sentimentais, atendendo, portanto, aos comandos do coração.

Essa questão, que a mim me inquieta, me remeteu, depois de muito refletir, a uma conclusão preocupante: o eleitor, infelizmente, vota com o coração, pouco lhe importando a história e as propostas dos candidatos, convindo anotar, nesse sentido, que não são poucas as pessoas que não se acanham em dizer que não votam nesse ou naquele candidato porque lhe falta, por exemplo, carisma, ou, noutra giro, porque recebe o apoio desse ou daquele líder político com o qual não simpatiza ou com quem tem ideais discordantes, o que, convenhamos, é compreensível, mas inaceitável.

Nessa linha de compreensão, anoto que, no pleito recém-findo para a Prefeitura de São Luís, ouvi, de pessoas esclarecidas, que a definição do seu voto seria por razões pessoais, numa clara e grave reafirmação do que anotei acima, a evidenciar que, nas pugnas eleitorais, valem mui-

to mais os sentimentos, as preferências pessoais do que as propostas dos candidatos, o que é uma grave distorção dos fins de uma eleição para cargos públicos.

O voto, sob os comandos do coração, tem levado os brasileiros, historicamente, às escolhas equivocadas, na medida em que, deixando o sentimento se sobrepor à razão, são levados a votar em candidatos desqualificados, às vezes populistas, quando não arrivistas e desonestos, na medida em que deixam de avaliar, o que seria de rigor, as suas propostas e, ao lado disso, a sua história.

Nesse sentido, importa realçar as impressões de Yuval N. Harari, para quem, para o bem e para o mal, eleições e referendos nada têm a ver com o que pensamos. Têm a ver com o que sentimos. E, "quando se trata de sentimentos", lembra o grande filósofo e historiador contemporâneo, "Einstein e Dawkins não são melhores que ninguém" (Yuval Noah Harari, "21 lições para o século 21". Companhia das Letras, Apple Books).

Para reafirmar que decidimos com os sentimentos e não em face das propostas de um candidato, é o mesmo Harari quem lembra um episódio envolvendo Michael Gove e Boris Johnson, quando aquele, depois da renúncia de David Cameron, após a aprovação do referendo sobre o Brexit, decidiu, no último minuto, não votar em Boris Johnson para o cargo de primeiro-ministro, com um singelo argumento: "Em ca-

da passo de minha vida política eu me fazia a mesma pergunta: Qual é a coisa certa a fazer? O que lhe diz o coração?

Como sabido, foi em resposta ao coração, que ele apunhalou o correligionário e ofereceu-se para o cargo de primeiro-ministro (op cit), a reafirmar que, mesmo os líderes políticos, quando decidem, o fazem com o coração e não com a razão, disso decorrendo consequências graves para o conjunto da sociedade.

Mais adiante o citado filósofo adverte, numa reflexão elaborada para o futuro: "Essa lealdade ao próprio coração pode acabar sendo o calcanhar de Aquiles da democracia liberal, pois, se alguém (seja em Pequim ou em San Francisco) adquirir capacidade tecnológica para hackear e manipular o coração humano, a política democrática vai se tornar um espetáculo de fantoches emocional" (ibidem).

O que importa refletir, aqui e agora, é, se, nos dias atuais, votando à luz dos nossos sentimentos, já não estamos, em certa medida, solapando a nossa democracia, a considerar que, nas pugnas eleitorais, atendendo aos apelos do coração, temos feitos escolhas equivocadas em razão das quais todos pagamos um preço muito elevado.

É isso.

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão
E-mail: jose.luiz.almeida@globo.com
blog: joseluiz.almeida

Empresas e
instituições são
homenageadas
por luta contra a
Covid-19. **GERAL 4**



Empresas e instituições recebem homenagem por luta contra Covid-19

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia reconheceu empresas e instituições que formaram uma grande rede de solidariedade, juntamente com o Governo do Estado, durante o pico da pandemia; evento ocorreu quarta-feira, 9

Cerca de 100 empresas e instituições foram homenageadas pelo Governo do Estado em reconhecimento à sua contribuição, apoio e solidariedade ao povo do Maranhão no combate ao novo coronavírus (Covid-19). O evento especial aconteceu na noite de quarta-feira, 9, no Rio Poty Hotel, promovido pela Secretaria de Indústria, Comércio e Energia (Seinc).

Segundo o secretário de Estado da Indústria, Comércio e Energia, Simplício Araújo, durante o início da pandemia do novo coronavírus, em março deste ano, o Governo do Estado buscou tomar medidas preventivas, mas também para o tratamento da Covid-19, que naquele momento era uma realidade em todo o mundo.

Como o governo, sozinho, não tinha condições de enfrentar esse



Fotos/De Jesus

Grupo de representantes de empresas e instituições que foram homenageadas quarta-feira, 9, pelo governo

O vice-governador destacou a rede de solidariedade

problema de saúde pública, a participação do empresariado e de instituições foi fundamental, se disponibilizando a formar uma rede solidária, reunindo mais de R\$ 20 milhões em doações, boa parte em espécie, para aquisição de respiradores, e outra em forma de insumos, como álcool em gel, máscaras e demais EPIs, logística, produtos de higiene, além de alimentos.

“Foram doações das mais diversas que atenderam ao povo do Maranhão, naquele momento agudo da pandemia. Então estamos aqui para externar nossa gratidão a essas empresas e instituições, reconhecendo todo o esforço que empreenderam para ajudar a salvar vidas no nosso estado”, ressaltou o secretário Simplício Araújo.

Também presente ao evento, o vice-governador Carlos Brandão também destacou a rede de solidariedade que se formou no estado, por meio das empresas e instituições parceiras que ajudaram e ainda apoiam o governo na luta contra a Covid-19 no Maranhão.



O secretário Simplício Araújo destacou a importância das doações, que foram destinadas ao povo do Maranhão

Rede de solidariedade

A Granel Química foi uma das empresas que integrou essa rede de solidariedade, doando respiradores, como também participou do Comitê de Crise, dando apoio nas ações e medidas tomadas pelo Governo do Maranhão no combate à Covid-19. “Esse reconhecimento aqui, hoje, é motivo de muita satisfação para nossa empresa”, disse o superintendente administrativo da Granel Química, Pedro Jean.

Outra empresa reconhecida foi a Predmix, que produz artefatos

de concreto, e que durante o período de pico da pandemia contribuiu com doação de alimentos e álcool em gel. “Esse reconhecimento nos gera mais motivação para continuarmos contribuindo em prol do povo do Maranhão”, externou João Júnior, gerente de produção e operações.

O advogado do Porto São Luís, Fabiano Figueiredo, informou que a empresa doou 20 mil máscaras e 10 mil luvas, como sua contribuição para as ações de combate ao novo coronavírus no estado. “A ho-

menagem que recebemos ratifica o compromisso que temos como o povo do Maranhão”, assinalou.

A empresa Canopus, que atua na área da construção civil, e uma das maiores contratantes do programa Minha Casa Minha Vida no Maranhão, também recebeu um troféu por sua contribuição na rede de solidariedade. Ele definiu o reconhecimento como um “incentivo para continuar trabalhando e ajudando o Maranhão, tendo em vista que pandemia ainda não acabou”. ●

EMPRESAS E INSTITUIÇÕES HOMENAGEADAS

- 99 Táxi
- Agro Serra
- Albatroz Construções Eireli
- Assembleia Legislativa do Maranhão
- Assaí Atacadista
- Alfa Engenharia
- Alumar
- Ambev
- Apruma - Seção Sindical do Andes Associação de Magistrados do Maranhão
- Associação dos Defensores Públicos do Maranhão
- Atacadão
- AVB Siderúrgica
- Brasil Balões
- Brilux
- Canopus
- Caroline Marques Produções
- Centro Elétrico
- Cimento Açai
- Cimento AVB
- Cimento Bravo
- COC
- Comercial Rofe
- Conselho da Mulher Empresária
- Consórcio Tegram - Itaqui
- Constans
- Consulado dos EUA
- Cooperativa Mista das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Itapecuru
- Psiu
- Dello
- Dimensão Engenharia
- Dínamo Engenharia
- EDP Transmissão de Energia
- Elbrus Ar Condicionado
- Eneva
- Equatorial Energia
- Escudo
- Faculdade Isl Wyden
- FC Oliveira
- Ferronorte
- Fibra Papéis
- Fribal
- Fundação Itaú para a Educação e Cultura
- Granel Química
- Gasmar
- Gera Maranhão
- GHR Guterres Eireli EPP
- Grupo Maratá
- Grupo Mateus
- Heineken
- Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S/A
- Ingleza Indústria de Produtos de Limpeza e Cosméticos Ltda
- JC Decaux
- Joaquim Haickel
- Lavebrás Gestão Texteis S.A
- Lavronorte
- Luisla Botino
- Lua Nova
- Med Surgery Hospitalar Ltda
- Mega Mix
- Módulo Engenharia
- Moema Acabamentos
- Natura
- Novagraf
- Nutrilar
- Ômega
- Paloma Neves de Oliveira
- Petrobras
- Porto São Luís
- Potiguar
- Práticos do Maranhão
- Predimix
- Projeto SUS Vivo
- Posto Ipiranga
- Raízen - Cosan
- RBC Construções
- Rede D'OR São Luís
- Revest Comércio e Serviços
- RJ Distribuições
- Roque Aço e Cimento
- Sanrei
- Silveira Engenharia
- Silva Sales
- Sinduscon
- Solar Coca-Cola
- Suzano
- Techint Engenharia & Construção
- Terminal Químico De Aratu S/A - Tequimar
- Teles
- Terra Cimentos
- Universidade Ceuma
- Rio Anil Empreendimentos
- Vale
- VLI

Caminhante, não há caminho

O juiz, escritor e compositor José Eulálio Figueiredo de Almeida decidiu mudar o percurso na sua caminhada rumo à Academia Maranhense de Letras.

Evocando a máxima segundo a qual o caminho se faz ao caminhar, ele abriu mão de entrar numa disputa com o governador Flávio Dino, na vaga aberta com o passamento de Sálvio Dino.

E optou por enfrentar o poeta Fernando Braga na vaga deixada por Waldemiro Viana.

Tudo leva a crer que, com o prestígio e o bom relacionamento que tem, Eulálio deve acumular nos próximos dias uma boa quantidade de adesões.

É anotar e conferir.

DE RELANCE

Os juízes estaduais agora podem comemorar: o STF decidiu manter a equiparação salarial de seus salários com os dos juízes federais. A equiparação já valia desde 2007, mas com base em liminar. Agora é definitivo.



Provas do concurso público de Feira Nova do Maranhão são suspensas

A pedido do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário suspendeu, na segunda-feira, 7, por tempo indeterminado, devido à pandemia, as provas do concurso público do Município de Feira Nova do Maranhão que seriam realizadas em 20 de dezembro.

A decisão é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça em resposta ao Agravo de Instrumento interposto pelo promotor de justiça Adoniran Souza Guimarães.

O MPMA ajuizou, anteriormente, Ação Civil

Pública solicitando liminar para suspender as provas do concurso em virtude do aumento do número de infectados pelo coronavírus na cidade de Feira Nova do Maranhão. Como a solicitação foi indeferida, a Promotoria de Justiça recorreu para reverter a decisão da 1ª instância.

As provas devem ser realizadas após o restabelecimento da situação de normalidade sanitária. Caso a suspensão das provas seja descumprida, o Município de Feira Nova do Maranhão deverá pagar multa diária de R\$ 200 mil. (CCOM-MPMA)



Oswaldo Viviani

Por dentro da Política

● Vice-presidência do TJ

O desembargador Jaime Ferreira de Araújo foi eleito nesta quarta (9), por aclamação, vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A sessão que confirmou a ascensão do magistrado ao cargo foi realizada no plenário da Corte.

● José Bernardo se aposenta

Jaime Araújo assumirá o posto já na sessão do dia 16 de dezembro.

O atual vice-presidente do TJMA, desembargador José Bernardo Rodrigues, vai se aposentar.

Narrativa da escravidão

ANTONIO CARLOS LUA
Jornalista

Os negros brasileiros formam o único grupo populacional do mundo que não sabe a origem dos seus ancestrais, apesar do país ter recebido mais de 4,8 milhões de africanos escravizados, entre os Séculos XVI e XIX. Isso ocorre porque a história verdadeira sobre a escravidão não é contada com sinceridade no Brasil, onde mais de 52% da população tem descendência africana, mas, mesmo assim, se usa muito a palavra “diversidade” para se referir aos negros, como se estes fossem minoria no país.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão e o que mais “importou” escravos africanos – o equivalente a 46% de todos os negros que foram trazidos coercitivamente para as Américas. A abolição da escravatura só foi pensada no Brasil a partir do momento em que a Inglaterra – maior potência mundial da época – deixou claro que só reconheceria a independência do país se os escravos fossem libertados.

Na época, o governo inglês, agia como se fosse a ONU e tinha o poder de garantir o reconhecimento diplomático internacional.

Era também uma espécie de FMI e emprestava dinheiro aos países das Américas. Contava com uma força naval que mandava em todos os mares, desde a batalha de Trafalgar (1805). Para que a abolição ocorresse no Brasil pesou também o fato de a Região Norte não escravista dos Estados Unidos ter garantido a eleição de Abraham Lincoln, 16º presidente americano. Ele ocupou o cargo de 4 de março de 1861 até seu assassinato, em 15 de abril de 1865.

Membro do Partido Republicano, Abraham Lincoln era radicalmente contrário à expansão da escravidão e pregava a sua extinção. Durante o seu mandato ocorreu uma guerra civil sangrenta para acabar com a escravidão nos Estados Unidos, cujos traumas perseguem os norte-americanos até hoje. Foi nesse contexto que José Bonifácio de Andrada – que era na época uma espécie de primeiro-ministro do Brasil – mandou um projeto para a Assembleia Constituinte, estabelecendo a abolição progressiva do tráfico e da escravidão no país.

Em 1831 foi votado o fim do tráfico de escravos africanos. Porém, sobretudo no Rio de Janeiro, e em menor medida na Bahia e na cidade de Recife, em Pernambuco, foram organizadas redes de comércio clandestinos de escravos africanos. Somente a partir de 1850, foi reduzido o comércio de escravos, caindo de 60 mil africanos desembarcados, em 1849, para seis mil, em 1851. Quando o tráfico de escravos cessou de vez no Brasil, acabou também a fonte de reprodução externo do sistema escravista, vindo depois a Lei do Ventre Livre, em 1871, que declarou livres os filhos de mães escravas que nascessem a partir daquela data. Assim, foi estancada outra fonte de reprodução da escravidão.

Surge então, por parte do Império, uma estratégia gradualista em relação ao fim da escravidão. Era uma artimanha, uma manobra para que os donos de escravos não perdessem dinheiro. Foi quando entrou em cena o movimento abolicionistas, que se acentuou na década de 1880, com heroicas lideranças, como Luís Gama, André Rebouças e José do Patrocínio, que defendiam suas ideias fervorosamente nos tribunais e nos jornais.

No regime de escravidão, a inquisição portuguesa institucionalizou a tortura como prova, até a pessoa confessar. O Código Criminal da época especificava que se o condenado fosse escravo ele não iria para a cadeia, pois a pena seria transformada em açoite.

Essa regra existia porque caso o escravo fosse para cadeia, causaria uma perda de mão de obra e dinheiro para o seu senhor. Assim, o escravo era açoitado publicamente, humilhado, torturado. Quando ficava reestabelecido do açoitamento voltava trabalhar normalmente. Até 1888, a tortura era permitida no Brasil, mas somente para os escravos. Os mecanismos da repressão escravista contaminaram a sociedade inteira e tem reflexos até hoje no Brasil.

Opinião



PEPETELLA

LOURIVAL SEREJO
Desembargador

PEPETELLA

LOURIVAL SEREJO

Desembargador

A onda de escritores de língua portuguesa continua crescendo no Brasil. Entre os africanos, destacam-se Mia Couto, Agualusa, Gonçalo Tavares, Ondjaki, Germano Almeida e Pepetella.

Como recentemente participei de um webinar com Pepetella, atenciosamente, nestes comentários, a analisar três obras da sua autoria.

Antes, devo informar que Pepetella é o pseudônimo de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, nascido em Benguela, Angola.

Como o número de escritores a cada dia aumenta, a única maneira de alguém se destacar é obtendo êxito em um concurso literário. Dentre os prêmios concedidos a Pepetella, destaca-se o Prêmio Camões, em 1997.

As obras que escolhi para tecer breves comentários são: O planalto e a estepe, Mayombe e Sua excelência de corpo presente, todas com o selo da editora Leya.

As duas primeiras são romances que têm como marca d'água a situação política de Angola, na década de sessenta, do século passado, com a explosão de movimentos de guerrilha visando à libertação daquele país do domínio português. Com a Revolução dos Cravos Vermelhos, em 1974, foi concedida autonomia política a Angola e outros países africanos.

Foi nesse ambiente de luta que Pepetella, como membro do Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, armazenou fatos sobre fatos, para edificar romances que projetam essa força terráquea presente nessas

obras.

Em O planalto e estepe o autor narra o drama amoroso entre os estudantes Júlio e Sarangerel. Ele, de origem angolana; ela, da Mongólia. Ambos eram estudantes bolsistas, patrocinados pela URSS, com objetivo de formar uma classe de jovens comprometidos com o marxismo e sua expansão em países subdesenvolvidos ou colonizados.

A história desse amor proibido tem razões que vão muito além dos conhecidos dramas narrados em romances conhecidos, que tiveram como ponto mais alto a obra de Shakespeare, Romeu e Julieta. É uma história real, com as alterações próprias das narrativas ficcionais.

As discussões políticas e ideológicas que integram o romance são indispensáveis para termos uma ideia mais nítida da revolucionária década de sessenta.

Mayombe é o romance que garantiu a Pepetella o recebimento do prêmio mais almejado da literatura de língua portuguesa: o Prêmio Camões.

É um romance que retrata a vida dos guerrilheiros do MPLA, sua organização, suas atividades e o idealismo que motivava aquele momento de libertação da Angola.

A linguagem é do mesmo timbre de O planalto e a estepe: leve, forte, de pé no chão, distante de qualquer artificialismo.

Na selva angolana, precisamente em Mayombe, desponta a natureza verde, riachos, montanhas, perigos e a magia dos mistérios, tudo bem descrito pelo autor.

O último livro de Pepetella, ainda não lançado no Brasil, chegou-me pe-

las mãos de um amigo que o trouxe de Portugal. Trata-se do romance Sua excelência de corpo presente.

Esse livro, cheio de humor e histórias (o autor teima em grafar “estórias”), começa com um soco no leitor: “Estou morto. Estou morto de olhos cerrados, mas percebo tudo (ou quase), do que acontece à minha volta”.

Sua excelência, o defunto, passou seus últimos anos como ditador num país africano. Agora, estava ali, morto, reverenciado por parentes, amigos e todo o corpo político do Estado. O velório estava apinhado de gente, coroas de flores, parentes, políticos e militares.

Com um humor fino, adequado ao estilo do escritor, o ilustre defunto analisa toda a sua vida, a partir das personagens que comparecem às suas exéquias. O seu informante favorito – espião-de-um-olho-só – relata-lhe tudo o que está acontecendo, após sua morte, inclusive a luta pela sua sucessão. É o único que entende o que o morto fala e de quem ele ouve as novidades após sua morte.

O romance é uma alegoria sobre a podridão interna de um governo corrupto e ditatorial, sem ética e sem limites.

Ainda hoje, a África ainda padece desse mal de abrigar ditaduras cruéis que não respeitam os direitos individuais nem as regras democráticas de transição, onde a corrupção comanda.

Ao transpor para a literatura esse quadro social e político, o escritor contribui para desenvolver nos leitores mais atenção crítica e compreender melhor os momentos da história contemporânea.



**NÃO É "MIMIMI",
PRECISAMOS MUDAR**

OSMAR GOMES DOS SANTOS
Juiz de Direito

NÃO É "MIMIMI", PRECISAMOS MUDAR

OSMAR GOMES DOS SANTOS

Juiz de Direito da Comarca da Iha de São Luís. Membro das Academias Ludovicenses de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

Esta semana trago uma abordagem sobre um tema que a cada novo acontecimento soa como um soco no estômago da sociedade, um escárnio social. Mesmo com tantos debates, com tanta informação circulando, continuamos assistindo estupefatos acontecimentos de violência contra mulher ou um racismo a flor da pele que arde e nos envergonha.

Posso parecer um pouco insistente nesta abordagem, visto que já tive oportunidade de expô-la aqui noutra oportunidade. Mas um tema nunca será demasiadamente debatido enquanto em atitudes mesquinhas de alguns levarem dor e sofrimento a outros e, ao cabo de tudo, apequenar todos nós em nossa humanidade.

Diante de acontecimentos que cada vez mais saltam aos olhos é preciso que voltemos a falar sobre a temática enquanto cidadãos e é urgente uma tomada de atitude dos poderes constituídos no sentido de traçar novos rumos civilizatórios. A violência contra a mulher e o racismo não devem ser tolerados aqui e em nenhum lugar no mundo.

Quase que concomitantemente, esta semana, tomei conhecimento de duas ocorrências. A primeira delas dizia que mulheres que já foram vítimas de violência ou que as denunciaram têm até 17 vezes mais chances de serem assassinadas. A conclusão se baseia em um levantamento realizado pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Apesar de delimitar a cidade de Belo Horizonte, há traços comuns com aqueles vistos em qualquer município brasileiro. O quadro denota uma realidade cruel, com intervalos menores entre as brigas, domínio da vulnerabilidade social, a insuficiência do sistema de Justiça para dar resposta eficiente aos casos e a necessidade de adoção de medidas enérgicas para romper com o ciclo de violência.

O quadro mostra o quanto o Estado ainda precisa avançar para garantir proteção às mulheres, mas também

escancara a covardia de nós, homens, para com nossas companheiras, calcados em um sentimento de posse amalgamado em um machismo estrutural. Estamos alicerçados no modus operandi de uma sociedade patriarcal que já não deveria caber na contemporaneidade.

Durante minha adolescência, assisti muitos homens, alguns até próximos, embora não em minha casa, que subjugavam suas mulheres. Era proibido votar, era proibido trabalhar, era proibido ter lazer, era proibido tudo. A mulher era escolhida para dar os filhos, cuidar da casa e saciar as vontades fisiológicas conforme a conveniência masculina de "usá-la", conforme retratado em alguns filmes e séries de TV.

Em comum a essa atitude, que desvirtua a natureza humana de amar o próximo, está o pensamento que inferioriza o semelhante em razão de sua cor. Palavras chulas, indiferença, ataques diretos, injúria, qualificações pejorativas que não se veem direcionadas à pele clara, aos cabelos lisos, aos olhos azuis; mas apenas às pessoas ditas "de cor", como assim? O menosprezo ao próximo em razão de sua cor é algo latente, sem mimimi. É preciso falar sim, protestar sim, escandalizar um comportamento que já deveria ter sido abolido juntamente com a escravidão

O episódio durante uma partida de futebol entre PSG e Istambul pela Liga dos Campeões, em que o quarto árbitro preferiu palavras injuriosas contra um membro da comissão técnica do time turco, deixou mundo do esporte de joelhos. A cena vivida naquela fatídica tarde parecia algo difícil de se acreditar, pois vinha de uma autoridade dentro daquela partida, alguém que deveria dar o bom exemplo e punir os maus.

Reproduzir a forma como o membro do quadro de árbitros da partida se dirigiu aquele profissional me faz ter náuseas. Algo como: é aquele ali, o negro, o preto. Aquele negro, aquele do cabelo estranho, e por aí vai. Antes que os críticos levantem a mão para questionar: mas se ele é negro, queria que dissesse como? Já rebato indagando, antecipadamente e sem pestanejar: por que não se dirigem da mesma maneira aos brancos, de cabelos lisos e olhos claros? Os adjetivos certamente nunca são os mesmos.

Ademais, o racismo e o preconceito

não estão sempre e necessariamente naquilo que se fala, mas, em grande parte das vezes, na forma como se fala. E isso vale para todos, independente da cor da pele, dos olhos e dos cabelos. Ou Ou

Há quem fale que não há racismo, há quem fale que ele é mascarado. Nem uma coisa nem outra. Discordo integralmente dessa afirmação. O racismo é escancarado, manifesto e acontece à luz do dia. Comportamentos, posturas, condutas ou apenas pensamentos. Ele está em todo lugar e, mesmo quando não externado, parece estar dentro de cada um. Mas só o vê, de fato, quem sofre, quem dele é vítima.

Eis que trago um exemplo que concretiza essas duas situações que aqui trago. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Marielle Franco, contemplando o período da última eleição, verificou que oito em cada dez mulheres negras que concorreram a cargos públicos nas últimas eleições sofreram ataques virtuais com conteúdo de ódio.

As duas situações expostas têm em comum um comportamento doentio, que já não encontra espaço em nosso estágio de evolução social. Para nenhum dos casos há que se falar em exageros. Enquanto tivermos conhecimento de um único caso, devemos continuar a espernear, soltara voz, fazer valer a dignidade da pessoa humana em sua plenitude.

Eis porque afirmo que as instituições públicas também precisam reagir para assegurar proteção às mulheres vítimas de seus companheiros. Garantir toda a rede de proteção para que elas se sintam seguras em denunciar, para que casos como do suposto assédio revelado recentemente não fiquem nos bastidores do semanário humorístico. Não pode haver seletividade nesses casos e como se diz no mundo jurídico, pau que dá em Chico, dá em Francisco.

De mesma forma, as instituições devem trabalhar para tornar ainda mais severas as punições àqueles que praticam crimes de ódio. Há um ditado que diz que quando não se aprende no amor, só com a dor. Entendo que chegou o momento do Estado punir, de forma severa e exemplar, aqueles que com ferro ferem. Guardemos nossas réguas para outras medidas, jamais para mensurar o outro em razão de gênero, cor ou escolhas.

Audiências de Custódia por vídeo respeitam direitos do preso em Imperatriz

Divulgação

A Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz inaugurou, na sexta-feira (11), a primeira audiência de videoconferência conforme parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, na Resolução nº 357, de 26 de novembro de 2020, a fim de garantir o direito da pessoa presa em flagrante delito, de ser ouvida com segurança, privacidade e integridade física.

Essa norma dispõe sobre a realização de audiências de custódia por videoconferência, telefone ou outro meio de comunicação, quando não for possível a realização, em 24 horas, da forma presencial, como acontece atualmente durante a pandemia da Covid-19, dentre outras situações.

O local onde a audiência de custódia se realiza deve ter monitoramento eletrônico de imagem e áudio, onde o preso fica custodiado e no percurso que segue até ser ouvido, a fim de se verificar se ele permanece sozinho até o momento da escuta e que será ouvido pelo juiz, promotor de Justiça – se for o caso, advogado ou defensor público, na audiência.

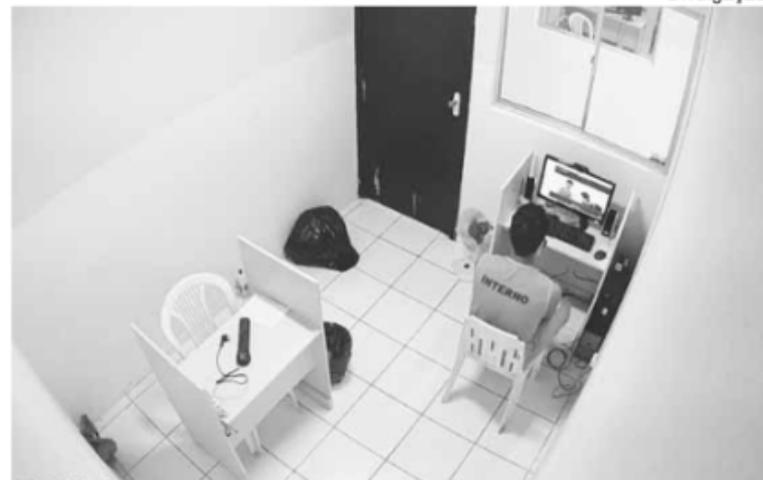
Em parceria com o Ministério Público (3ª e 8ª promo-

tórias de Justiça), Defensoria Pública, seccional da OAB de Imperatriz, e ICRIM, foi montada, na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Imperatriz, a estrutura necessária para atendimento das condições exigidas pelo CNJ, para resguardar a pessoa presa de eventual agressão ou ameaça.

Por meio dessa parceria, foi providenciada a estrutura necessária para o monitoramento da movimentação do custodiado durante a audiência de custódia, com a aquisição de três câmeras de vídeo com registro de áudio, computador (Tribunal de Justiça) com webcam, acesso à internet (SEAP) e aplicativo instalado no telefone celular, do juiz, do promotor, advogado ou defensor público. A gravação realizada é armazenada no próprio aplicativo, para acesso pelas autoridades participantes da audiência.

PARCERIA INSTITUCIONAL

A juíza destacou que a parceria institucional resultou na implementação da estrutura exigida pelo Conselho Nacional de Justiça para a garantia de direitos nesse período pan-



Preso é ouvido em audiência de custódia com segurança e privacidade

dêmico, em uma data especial, em razão da passagem do Dia Nacional dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro, e pela forma que se deu, por meio do diálogo e parceria interinstitucional.

“Na Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz andamos sempre junto com o Ministério Público, Defensoria Pública, OAB e ICRIM, contando com o apoio da sociedade civil organizada para a implementação de instrumentos objetivando o resguardo dos direitos humanos. Afinal, ninguém faz nada sozinho”, ressaltou a magistrada.

A juíza informou, ainda, que, em decisão liminar do dia

10 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal autorizou, nos autos da Reclamação (RCL 29303 AGR / RJ), sob a relatoria do ministro Edson Fachin, a ampliação da realização de audiência de custódia em todas as modalidades prisionais, “inclusive prisões temporárias, preventivas e definitivas”, ampliando, assim, a demanda da Justiça estadual. Na ação, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro ajuizou reclamação contra ato normativo do Tribunal do Justiça do Estado, que teria limitado a realização de audiências de apresentação aos casos de prisões em flagrante. **(Helena Barbosa – Asscom CGJ)**

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua acarloslua@folha.com.br



A zona de perigo no ambiente digital

O aumento dos mais variados tipos de golpes on-line em meio à pandemia do novo coronavírus serviu para reacender o debate em torno da necessidade de uma lei federal que tipifique as fraudes cometidas pelos meios digitais, impondo punições mais rigorosas.

O delitos cometidos por meio eletrônico tem aumentado geometricamente com a universalização e evolução histórica da Internet. A lista é extensa e inclui insulto a honra de alguém (calúnia - artigo 138), disseminação de boatos eletrônicos sobre pessoas (difamação - artigo 139), insulto a pessoas considerando suas características, utilizando apelidos grosseiros (injúria - artigo 140), ameaças (ameaça - artigo 147) e utilização de dados da conta bancária de outrem para desvio ou saque de dinheiro (furto - artigo 155).

Na lista constam também comentários em chats, e-mails e outros meios distais, de forma negativa, sobre raças, religiões e etnias (preconceito ou discriminação - artigo 20 da Lei nº 7.716/89), envio e troca de fotos de crianças nuas (pedofilia - artigo 247 da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA).

No Brasil, há insuficiência de leis para punição de infrações virtuais e as soluções imediatas não sanam o problema de forma permanente e eficaz. Tal carência leva hackers, crackers e até mesmo pessoas comuns a propiciar consideráveis danos, tendo como exemplos, pedofilia, publicação de informações pessoais e crimes contra a honra. Nesse sentido, é necessário analisarmos os aspectos históricos e conceituais da internet, as ameaças surgidas com a chamada Revolução Tecnológica e a atual legislação brasileira pertinente ao tema dos crimes virtuais para sabermos quais desafios o Direito Penal precisa transpor.

À vista disso, a criação de leis competentes é imprescindível para extinção de tais delitos, uma vez que, a visibilidade, em determinados casos – até mesmo em extensão nacional – promove preocupação momentânea, mas que, no decorrer do tempo, torna-se algo indiferente e esquecido pela sociedade, uma vez que os infratores não são responsabilizados na proporção de suas condutas.

Ao menos três Projetos de Lei (PL) sobre o tema já estão tramitando no Senado Federal. O PL 4.554/2020, por exemplo, propõe mudanças no Código Penal para fixar pena de quatro a oito anos de reclusão ao criminoso que praticar fraude por meio de dispositivo eletrônico ou de informática, conectado ou não à internet, com ou sem a violação de mecanismo de segurança, ou com utilização de programa malicioso. Também tramita no Senado o PL 2.068/2020 – já aprovado na Câmara dos Deputados – que muda o Código Penal para estabelecer novos tipos de estelionatos. Estes deverão prever pena um terço maior do que os casos de “estelionato comum” (atualmente a lei prevê reclusão de um a cinco anos e multa de R\$ 500 mil a quem cometer este crime).

Dentre estes novos tipos de estelionato está o praticado por qualquer meio eletrônico ou outros meios de comunicação de massa. Por fim, o PL 4.620/2020 acrescenta um dispositivo ao Código de Processo Penal (CPP) para definir a competência no crime de estelionato virtual segundo o local do prejuízo da vítima, ou seja, o de seu domicílio ou sua agência bancária. Hoje, a interpretação literal do CPP dificulta a investigação de alguns crimes cibernéticos por levar em conta o local em que o crime foi praticado. Só que em muitos casos o golpista faz uso de contas laranja ou de endereços de residência fictícios.

A necessidade de mudanças que sirvam para que o combate aos crimes virtuais seja mais efetivo já é antiga, mas ganhou caráter de urgência em meio à pandemia, quando milhões de brasileiros passaram a usar os canais eletrônicos para fazer compras e transações financeiras. Os golpistas, é claro, tiraram proveito disso das mais variadas formas.

Previsão

Especialistas apontam que nos próximos três anos 90% dos crimes serão cometidos pela Internet. Com exceção dos assaltos a bancos, as investidas a mão armada se tornarão fora de moda, uma vez que os bandidos acreditam que pela Internet podem conseguir resultados melhores, mais rápidos, com riscos bem menores.

Facilidade

Hoje há mais pessoas entreditas no ambiente virtual, do que na vida real e por haver mais gente conectada a rede, os crimes virtuais se alastram com maior facilidade e de formas diferentes, preocupando a sociedade. Um levantamento da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) mostrou que as instituições registraram um aumento de 80% nas tentativas de ataques de phishing durante o período de isolamento social.

Fraudes

É elevada a prática de fraudes na Internet com a instalação de programas espíões. Os e-mails falsos levam os internautas a acessarem sites fraudados. Sem saber, eles acabam revelando seus dados sigilosos. O ideal é usar as novas tecnologias com cautela e só acessar sites confiáveis.

Inconstitucionalidade

Mais de 85% das ações diretas de inconstitucionalidade que chegam ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionando leis

que tiveram origem no Poder Legislativo resultam na revogação de dezenas de normas que, embora contrariem princípios estabelecidos na Constituição Federal, ficam em vigor por vários anos, causando efeitos irreversíveis na vida das pessoas. Oito em cada dez normas estaduais ou federais do país submetidas ao crivo do Supremo Tribunal Federal são julgadas inconstitucionais por aquela Corte de Justiça.

Controle

Fiscalizar o mandato dos políticos que elegemos é o caminho a ser seguido para controlar o destino do dinheiro que sai do bolso dos contribuintes. Para isso, já existem os portais da transparência, que permitem que o cidadão vela valores de orçamento, contratos, licitações e outros atos administrativos. De posse dessas informações, é possível partir para uma segunda etapa, que é identificar a legalidade dos atos e procedimentos.

Tributos

O complexo sistema tributário brasileiro conta hoje com um emaranhado de cerca de 63 tributos. De tudo que se paga em bens e serviços, 17% são em tributos, contra uma incidência sobre o patrimônio de 1,22%. Além disso, o sistema brasileiro permite que um imposto incida sobre o outro, criando o efeito-cascata, turbinando a arrecadação. O Brasil tem hoje a maior carga tributária entre os países emergentes.

**Parceria possibilita
castração de animais
abandonados em SL**

PÁG.4

**Parceria possibilita
castração de animais
abandonados em SL**

PÁG.4

Parceria possibilita castração de animais abandonados em São Luís

Uma parceria firmada entre a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), através do Hospital Veterinário, está possibilitando a castração de animais abandonados. De acordo com a unidade judicial, estão sendo realizadas 57 castrações semanalmente.

Intitulado Controle de Natalidade de Animais Abandonados, o projeto tem como objetivo conter o aumento de animais abandonados nas ruas de São Luís. “O projeto visa à castração de cerca de 900 animais abandonados. Toda semana são castrados 45 machos e 12 fêmeas, no Hospital Veterinário da UEMA”, explicou o juiz titular Douglas de Melo Martins, frisando que é uma constante da unidade judicial a luta pelo bem-estar animal.

RECURSOS

A parceria entre a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha e UEMA

iniciou-se quando da assinatura de acordo entre o Ministério Público e a AMBEV, após sentença condenatória de processo por dano ambiental. Nesse acordo, a empresa ficou de destinar 200 mil reais ao Hospital Veterinário da UEMA. Com esse valor, foram atendidos mais de cinco mil animais de pessoas carentes.

“Mesmo realizando esse trabalho, o número de animais abandonados só cresceu. Daí, partimos para um campo que tivesse mais eficácia, que é a castração desses animais abandonados, visando ao controle da natalidade, sendo o maior programa dessa natureza já feito no Maranhão”, destacou Douglas Martins.

Após novos acordos firmados na unidade judicial, o hospital recebeu cerca de 160 mil reais, valor esse a ser aplicado integralmente nesse projeto. O magistrado enfatiza que os recursos para aquisição dos insumos foram destinados pela vara e a UEMA atua com seus professores e residentes do Hospital Veterinário.

Parceria possibilita castração de animais abandonados em São Luís

Uma parceria firmada entre a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), através do Hospital Veterinário, está possibilitando a castração de animais abandonados. De acordo com a unidade judicial, estão sendo realizadas 57 castrações semanalmente.

Intitulado Controle de Natalidade de Animais Abandonados, o projeto tem como objetivo conter o aumento de animais abandonados nas ruas de São Luís. “O projeto visa à castração de cerca de 900 animais abandonados. Toda semana são castrados 45 machos e 12 fêmeas, no Hospital Veterinário da UEMA”, explicou o juiz titular Douglas de Melo Martins, frisando que é uma constante da unidade judicial a luta pelo bem-estar animal.

RECURSOS

A parceria entre a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha e UEMA

iniciou-se quando da assinatura de acordo entre o Ministério Público e a AMBEV, após sentença condenatória de processo por dano ambiental. Nesse acordo, a empresa ficou de destinar 200 mil reais ao Hospital Veterinário da UEMA. Com esse valor, foram atendidos mais de cinco mil animais de pessoas carentes.

“Mesmo realizando esse trabalho, o número de animais abandonados só cresceu. Daí, partimos para um campo que tivesse mais eficácia, que é a castração desses animais abandonados, visando ao controle da natalidade, sendo o maior programa dessa natureza já feito no Maranhão”, destacou Douglas Martins.

Após novos acordos firmados na unidade judicial, o hospital recebeu cerca de 160 mil reais, valor esse a ser aplicado integralmente nesse projeto. O magistrado enfatiza que os recursos para aquisição dos insumos foram destinados pela vara e a UEMA atua com seus professores e residentes do Hospital Veterinário.

Sobe/Desce

Sobe

Uma parceria firmada entre a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), através do Hospital Veterinário, está possibilitando a castração de animais abandonados. De acordo com a unidade judicial, estão sendo realizadas 57 castrações semanalmente.

Sobe/Desce

Sobe

Uma parceria firmada entre a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), através do Hospital Veterinário, está possibilitando a castração de animais abandonados. De acordo com a unidade judicial, estão sendo realizadas 57 castrações semanalmente.

Prêmio Magno Cruz destaca atuação do Sistema Único de Saúde na pandemia

DIVULGAÇÃO

O prêmio Magno Cruz de Direitos Humanos homenageou nomes da sociedade civil, instituições e órgãos públicos pelo trabalho em benefício, acesso, defesa e promoção dos direitos humanos no Estado. A solenidade presencial foi aberta para participantes e convidados, transmitida pelo canal Direitos Humanos Maranhão, da secretaria, no Youtube, na quinta-feira (10). A solenidade marcou o encerramento da Semana Estadual de Direitos Humanos, que teve como tema 'Pandemia, vacina e direitos humanos'.

A edição premiou o protagonismo da defesa de crianças e adolescentes; e homenageou profissionais de saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi destacado pela atuação durante a pandemia do novo coronavírus. O prêmio Magno Cruz está em sua segunda edição e reconhece pessoas físicas, organizações da sociedade civil e instituições estatais que se destacaram na promoção e defesa dos direitos humanos no Maranhão. A ação foi promovida pelo governo do Estado e realizada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop). "Nesta edição, a maior parte das instituições agraciadas com a premiação atuam na proteção dos direitos da criança e adolescente. Esse ano fizemos uma homenagem especial ao Sistema Único de Saúde, prestando homenagem aos profissionais da saúde que estão na linha de frente no combate ao coronavírus. O SUS tem sido uma força fundamental para preservar a vida dos brasileiros e isso merece destaque", pontuou o titular da Sedihpop, Francisco Gonçalves.



A solenidade marcou o encerramento da Semana Estadual de Direitos Humanos

As premiações foram entre R\$ 10 e R\$ 30 mil reais, além de registro material às ações campeãs. Totalizaram 26 propostas avaliadas nesta edição. A iniciativa celebra a memória de Magno Cruz, ativista maranhense reconhecido nacionalmente pela atuação na área dos direitos humanos e luta do movimento negro e quilombola. Engenheiro civil de formação, Magno José Cruz faleceu em 2010. As instituições Centro Educacional e Social São José Operário, Associação Preparação da Criança e do Adolescente para a Vida (Precavi), Centro de Promoção da Vida de Crianças e Adolescentes (Ceprovi/Pastoral

do Menor), Centro de Apoio a Educação Básica e Instituto Dica Ferreira foram premiados na categoria Ações Desenvolvidas por Pessoa Física ou Jurídica da Sociedade Civil. A categoria concede registro material das entidades e recurso financeiro para investimento em suas atividades. Na categoria Ações Desenvolvidas por Órgãos Públicos do Estado foram contempladas a Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), a Comarca de Cururupu/Tribunal de Justiça do Maranhão; Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Universidade Estadual do Maranhão e o 11º Batalhão de Polícia Militar do Maranhão. A homenagem especial ficou

com o Sistema Único de Saúde/Secretaria de Estado da Saúde, pela atuação na prevenção e tratamento da covid-19. Foi concedida Menção Honrosa a entidades e nomes da sociedade civil que contribuíram com seus serviços para a promoção dos direitos humanos. Entre estes, Centro de Defesa Padre Marcos Passerini, Centro de Cultura Negra do Maranhão, Grupo Gayvota, Instituto Iziane Castro, Instituto Cores do Mará e Universidade Federal do Maranhão. O resultado completo da premiação pode ser acessado no site da Sedihpop e na página Participa MA.

Prêmio Magno Cruz destaca atuação do Sistema Único de Saúde na pandemia

DIVULGAÇÃO

O prêmio Magno Cruz de Direitos Humanos homenageou nomes da sociedade civil, instituições e órgãos públicos pelo trabalho em benefício, acesso, defesa e promoção dos direitos humanos no Estado. A solenidade presencial foi aberta para participantes e convidados, transmitida pelo canal Direitos Humanos Maranhão, da secretaria, no Youtube, na quinta-feira (10). A solenidade marcou o encerramento da Semana Estadual de Direitos Humanos, que teve como tema 'Pandemia, vacina e direitos humanos'.

A edição premiou o protagonismo da defesa de crianças e adolescentes; e homenageou profissionais de saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi destacado pela atuação durante a pandemia do novo coronavírus. O prêmio Magno Cruz está em sua segunda edição e reconhece pessoas físicas, organizações da sociedade civil e instituições estatais que se destacaram na promoção e defesa dos direitos humanos no Maranhão. A ação foi promovida pelo governo do Estado e realizada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop). "Nesta edição, a maior parte das instituições agraciadas com a premiação atuam na proteção dos direitos da criança e adolescente. Esse ano fizemos uma homenagem especial ao Sistema Único de Saúde, prestando homenagem aos profissionais da saúde que estão na linha de frente no combate ao coronavírus. O SUS tem sido uma força fundamental para preservar a vida dos brasileiros e isso merece destaque", pontuou o titular da Sedihpop, Francisco Gonçalves.



A solenidade marcou o encerramento da Semana Estadual de Direitos Humanos

As premiações foram entre R\$ 10 e R\$ 30 mil reais, além de registro material às ações campeãs. Totalizaram 26 propostas avaliadas nesta edição. A iniciativa celebra a memória de Magno Cruz, ativista maranhense reconhecido nacionalmente pela atuação na área dos direitos humanos e luta do movimento negro e quilombola. Engenheiro civil de formação, Magno José Cruz faleceu em 2010. As instituições Centro Educacional e Social São José Operário, Associação Preparação da Criança e do Adolescente para a Vida (Precavi), Centro de Promoção da Vida de Crianças e Adolescentes (Ceprovi/Pastoral

do Menor), Centro de Apoio a Educação Básica e Instituto Dica Ferreira foram premiados na categoria Ações Desenvolvidas por Pessoa Física ou Jurídica da Sociedade Civil. A categoria concede registro material das entidades e recurso financeiro para investimento em suas atividades. Na categoria Ações Desenvolvidas por Órgãos Públicos do Estado foram contempladas a Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), a Comarca de Cururupu/Tribunal de Justiça do Maranhão; Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Universidade Estadual do Maranhão e o 11º Batalhão de Polícia Militar do Maranhão. A homenagem especial ficou

com o Sistema Único de Saúde/Secretaria de Estado da Saúde, pela atuação na prevenção e tratamento da covid-19. Foi concedida Menção Honrosa a entidades e nomes da sociedade civil que contribuíram com seus serviços para a promoção dos direitos humanos. Entre estes, Centro de Defesa Padre Marcos Passerini, Centro de Cultura Negra do Maranhão, Grupo Gayvota, Instituto Iziane Castro, Instituto Cores do Mar e Universidade Federal do Maranhão. O resultado completo da premiação pode ser acessado no site da Sedihpop e na página Participa MA.



OAB É NOTÍCIA



COMBATE AO SUB-REGISTRO

Nesta sexta-feira, o presidente Thiago Diaz participou do ato de assinatura de um protocolo de intenções, envolvendo órgãos e entidades ligadas à promoção do registro civil de nascimento, no plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão. A ação fez parte da programação da Semana de Mobilização e Combate ao Sub-Registro no Maranhão, promovida pela Corregedoria Geral da Justiça, em parceria com o TJMA e a Escola da Magistratura. Juntos, estes órgãos objetivam estimular a integração de atores públicos e fomentar debates voltados à busca de soluções efetivas para a erradicação do problema de sub-registro no Estado.



OAB É NOTÍCIA



COMBATE AO SUB-REGISTRO

Nesta sexta-feira, o presidente Thiago Diaz participou do ato de assinatura de um protocolo de intenções, envolvendo órgãos e entidades ligadas à promoção do registro civil de nascimento, no plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão. A ação fez parte da programação da Semana de Mobilização e Combate ao Sub-Registro no Maranhão, promovida pela Corregedoria Geral da Justiça, em parceria com o TJMA e a Escola da Magistratura. Juntos, estes órgãos objetivam estimular a integração de atores públicos e fomentar debates voltados à busca de soluções efetivas para a erradicação do problema de sub-registro no Estado.

Secretários de Saúde e Direitos Humanos assinam protocolo para combate ao sub-registro no Maranhão

O Governo do Maranhão, por meio das Secretarias de Estado da Saúde (SES) e dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), participou da solenidade de encerramento da Semana de Combate ao Sub-Registro, promovida pela Corregedoria da Justiça do Maranhão, em conjunto com o Tribunal de Justiça e Escola da Magistratura. Durante o evento, houve a assinatura do Protocolo de Intenções para Mobilização e Combate ao Sub-Registro no Estado do Maranhão.

Para o secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, a assinatura desse documento simboliza a construção da cidadania, permitindo que os maranhenses tenham logo após o seu nascimento, o seu registro,

sendo reconhecidos pelo estado enquanto pessoas desde esse momento.

“Aqui na capital isso pode até ser corriqueiro, mas no interior do estado, infelizmente, isso é muito difícil. Por isso é tão importante que possamos, de imediato, registrar as crianças nos próprios locais onde são realizados os partos, sejam nas maternidades ou nos hospitais. A SES está à disposição para que isso seja feito em todas as unidades da rede pública estadual”, destacou o secretário Carlos Lula.

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, afirmou que o Poder Judiciário assumiu definitivamente a sua posição no enfrentamento da erradicação do sub-registro. “Os dados confirmam que o Executivo

tem ofertado a estrutura de saúde, uma vez que cerca de 96% das crianças no Maranhão nascem em hospitais e destacou que a Justiça precisa dar sua efetiva contribuição. O Judiciário precisa priorizar o serviço extra-judicial no tocante à oferta de serviços e dar sua contribuição decisiva para avançar nessa pauta do Brasil inteiro”, destacou.

O objetivo do protocolo é garantir a cooperação mútua, visando à implantação de ações de combate ao sub-registro e que viabilizem o acesso de todo cidadão à documentação básica. Assinaram ainda o documento, Ministério Público do Maranhão (MPMA), Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPEMA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Federação dos Municípios do

Estado do Maranhão (FAMEM) e Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão (ARPEN-MA).

POSTO DE REGISTRO CIVIL

A rede de saúde da SES tem avançado na implantação dos Postos de Registro Civil e todas as maternidades contam com o serviço disponível. Já os hospitais que realizam parto passam pelo processo de instalação do sistema. Em 2020, foram implantados Postos de Registro Civil, no Hospital Macrorregional Alexandre Mamede Trovão, em Coroatá, e no Hospital Regional de Carutapera. A previsão é garantir, ainda este ano, o serviço no Hospital Geral de Alto Alegre do Maranhão e no Hospital Regional de Barreirinhas.

Secretários de Saúde e Direitos Humanos assinam protocolo para combate ao sub-registro no Maranhão

O Governo do Maranhão, por meio das Secretarias de Estado da Saúde (SES) e dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), participou da solenidade de encerramento da Semana de Combate ao Sub-Registro, promovida pela Corregedoria da Justiça do Maranhão, em conjunto com o Tribunal de Justiça e Escola da Magistratura. Durante o evento, houve a assinatura do Protocolo de Intenções para Mobilização e Combate ao Sub-Registro no Estado do Maranhão.

Para o secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, a assinatura desse documento simboliza a construção da cidadania, permitindo que os maranhenses tenham logo após o seu nascimento, o seu registro,

sendo reconhecidos pelo estado enquanto pessoas desde esse momento.

“Aqui na capital isso pode até ser corriqueiro, mas no interior do estado, infelizmente, isso é muito difícil. Por isso é tão importante que possamos, de imediato, registrar as crianças nos próprios locais onde são realizados os partos, sejam nas maternidades ou nos hospitais. A SES está à disposição para que isso seja feito em todas as unidades da rede pública estadual”, destacou o secretário Carlos Lula.

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, afirmou que o Poder Judiciário assumiu definitivamente a sua posição no enfrentamento da erradicação do sub-registro. “Os dados confirmam que o Executivo

tem ofertado a estrutura de saúde, uma vez que cerca de 96% das crianças no Maranhão nascem em hospitais e destacou que a Justiça precisa dar sua efetiva contribuição. O Judiciário precisa priorizar o serviço extra-judicial no tocante à oferta de serviços e dar sua contribuição decisiva para avançar nessa pauta do Brasil inteiro”, destacou.

O objetivo do protocolo é garantir a cooperação mútua, visando à implantação de ações de combate ao sub-registro e que viabilizem o acesso de todo cidadão à documentação básica. Assinaram ainda o documento, Ministério Público do Maranhão (MPMA), Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPEMA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Federação dos Municípios do

Estado do Maranhão (FAMEM) e Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão (ARPEN-MA).

POSTO DE REGISTRO CIVIL

A rede de saúde da SES tem avançado na implantação dos Postos de Registro Civil e todas as maternidades contam com o serviço disponível. Já os hospitais que realizam parto passam pelo processo de instalação do sistema. Em 2020, foram implantados Postos de Registro Civil, no Hospital Macrorregional Alexandre Mamede Trovão, em Coroatá, e no Hospital Regional de Carutapera. A previsão é garantir, ainda este ano, o serviço no Hospital Geral de Alto Alegre do Maranhão e no Hospital Regional de Barreirinhas.